

Parlamentarismo e Crise da Representação

A representação é uma das palavras-chave da democracia e é através dela que a vontade do povo se expressa. Acredito ser também a forma mais eficiente de resolver problemas coletivos, pois é através da representação que conseguimos garantir que no processo de decisão estejam presentes diversas vozes que reproduzem diferentes abordagens aos vários desafios e problemáticas inerentes à vida em sociedade.

Para resolver estes desafios da forma mais eficiente possível e atingir o bem-estar social, é necessário não deixar ninguém para trás neste processo. É imperativo garantir que a mesa da discussão seja inclusiva e diversa. No entanto, um dos maiores desafios atuais da democracia é a falta de participação das cidadãs e dos cidadãos, por exemplo, nos momentos eleitorais, o que se traduz em altos níveis de abstenção. O que justifica e motiva a abstenção? Como aproximar a população da classe política? Vivemos numa crise da representação? São estas algumas das perguntas a que vamos dar resposta neste artigo, com base no painel “Parlamentarismo e Crise da Representação” que aconteceu no âmbito da Semana de Direito, organizada pela Associação de Estudantes de Direito da Universidade do Minho.

Nas últimas eleições legislativas, em 2019, a abstenção atingiu um valor recorde superior a 51%, o que vem comprovar o afastamento da população em relação à política. Muito da justificação passa pelo aumento das notícias falsas e a sua fácil disseminação no seio das redes sociais, pela polarização e conseqüente radicalização do diálogo, mas também problemas estruturantes da educação à cidadania e participação à organização democrática, sendo que eu penso que é aqui que se encontra uma grande falha da democracia em Portugal. A literacia democrática não nasce isolada, por isso como podemos esperar que exista participação democrática se não investimos na sua educação? Porque irá o povo votar em algo que, em termos gerais, pouco se entende o seu propósito? Se existe um sentimento de inutilidade em relação ao voto?

É desta falta de literacia que movimentos extremistas, por norma com perfilhação autoritária, se alimentam e a demagogia ganha território no espaço de diálogo, colocando a democracia e, conseqüentemente, a representação em risco. É por isto que considero que a primeira e mais eficiente medida de combate ao afastamento da população da política passa por um investimento na educação à cidadania no âmbito do ensino obrigatório, incluindo o ensino secundário. Só entendendo a democracia é que se abre a oportunidade para melhor conhecer e valorizar as suas virtudes, e é aqui que conseguimos constituir uma garantia de proteção contra movimentos anti-democráticos. Também é assim que vamos assegurar cidadãs e cidadãos críticos e participativos, com um sentido de propósito na sua participação.

Tendo tudo isto em conta, será que vivemos numa crise de representação? Considero que à medida que a democracia em Portugal vai evoluindo, que os órgãos de soberania vão-se aproximando da população e vice-versa. Ao mesmo tempo, também acredito que ainda temos um longo caminho a percorrer. É necessário também incluir nesta discussão a representatividade quanto ao sexo e quanto à raça, pois os problemas da vida em sociedade afetam grupos vulneráveis, como mulheres e pessoas de cor, de forma desproporcionalmente agravada e a sua voz tem de ser assegurada e ouvida dentro dos órgãos de soberania. Só dessa forma poderemos assegurar uma verdadeira representatividade no âmbito do parlamentarismo.

Em tom de conclusão, e aproveitando uma das frases referidas no painel, temos de abordar e começar a resolver esta crise de representação a partir da sua origem, não transformando o debate na espuma dos dias, mas sim nas causas profundas das desigualdades.